



LÉLIA GONZALEZ - ENTREVISTA À REVISTA SEAF, REPUBLICADA EM
UAPÊ REVISTA DE CULTURA N.º 2 – “EM CANTOS DO BRASIL”

A DEMOCRACIA RACIAL: UMA MILITÂNCIA

IDÉIAS-CHAVE: (1) Democracia Racial no Brasil; (2) Quem foi realmente José Bonifácio; (3) Brasil, país multi-étnico; (4) A apropriação da cultura negra; (5) Produção intelectual na universidade e militância; (6) Sujeito da história e sujeito do discurso.

Lélia Gonzalez, (1935-1994), mineira, filósofa, socióloga e antropóloga, militante do movimento negro. Seu nome se encontra na *Enciclopédia multimídia Encarta Africana*.

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma *práxis* de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial. No lastro do todo das questões que estão colocadas, o que se percebe é que estamos num país em que as classes dominantes, os donos do poder e os intelectuais a serviço dessas classes, efetivamente, não abrem mão. Eles não estão a fim de desenvolver um trabalho no sentido da construção de uma nacionalidade brasileira; nacionalidade esta que implicará efetivamente na incorporação da cultura negra. Quando se analisa José Bonifácio, Patriarca da Independência, que luta pela abolição do tráfico negreiro constata-se, por exemplo, que seu ideal de nação partia da perspectiva de uma nação homogênea e a heterogeneidade, a diferença que estava tão presente, para ele era justamente o negro, a presença negra. Então, não é por acaso que vai constatar no século passado, por exemplo, esse tipo de projeto de construção de uma identidade nacional que recuperava o índio, recuperava miticamente. Os nomes da nobreza brasileira que se forma, de condes, dos barões, etc., a partir da Independência, de um modo geral nos remetem a nomes indígenas — nesse projeto dessa nação homogênea, atribui-se uma ancestralidade indígena, porque eles já haviam liquidado com os indígenas, todos, na costa brasileira. Já não havia ninguém para contar a história ou alguns desses indígenas tinham sido expulsos para as regiões mais inóspitas do interior do país. E é um processo complexo a busca da legitimação de uma identidade a partir de uma ancestralidade indígena, justamente porque esse índio não está mais aí.

Nós ainda temos um grande trabalho, pela frente no sentido de nos vermos como um país multi-étnico, com uma diversidade de manifestações culturais e onde o lugar do negro em termos culturais é a grande fonte na qual toda uma produção artística oficial vai se inspirar. Por um exemplo, que não é brasileiro, no caso do rock inglês vemos qual é o solo de onde brotou esse rock, onde é que os rapazinhos brancos, por exemplo de *Liverpool*, como no caso dos Beatles, foram se abeberar numa música negra vinda da Jamaica. No caso brasileiro é a mesma coisa. O que se constata é que toda uma produção cultural se faz em cima da apropriação do trabalho de produção dessa cultura

negra que é evidentemente marginalizada. Podemos perceber inclusive, no nível da linguagem, um tipo de classificação que domina essa ideologia dominante. Em termos de música popular temos MPB e o samba que formam dois conjuntos que são classificados separadamente. Música popular brasileira é uma coisa e samba já é outra, que tem outro espaço do qual o “criolêu” não pode sair. Portanto, todo um trabalho, nos mais diferentes níveis dessa realidade brasileira tem que ser efetuado no sentido de sensibilização, de mobilização para a questão negra. No meu caso, fiz um tipo de escolha, que foi a militância de rua, participando de organizações negras, de seminários, na medida em que nós, os intelectuais negros orgânicos somos tão poucos, realmente existe um grande leque de atividades para poder responder às exigências que nos são colocadas. E, ao mesmo tempo, existe uma militância, no nível do movimento (negro), que, a meu ver, é de uma grande importância de atuação nos meios não negros. Em nível da produção intelectual de um trabalho que desenvolvo numa universidade, uma militância que se revela extremamente gratificante inclusive, sob certos aspectos, embora muito doída porque é muito fácil você se fechar num canto e ficar discutindo internamente — isso não só em relação ao movimento negro, mas o movimento de mulheres, etc. — a grande questão é sair prá rua, ir se defrontar com o outro.

Participando do Conselho Nacional para a Defesa dos Direitos Femininos estamos novamente atuando num desafio. Nesses limites, do oficial e do marginal, nos interstícios, fica muito difícil. É evidente que com esses 15 anos de movimento negro, aqui alguns efeitos já percebemos, houve uma maturação política — estou me referindo aos meus companheiros de geração de há quinze anos atrás; e evidentemente há toda uma estratégia de trabalho que implica em você estar atuando em níveis diferentes, em áreas diferentes, porque afinal de contas, a sociedade brasileira mudou. A gente não pode fechar os olhos diante disso. Ela mudou, passou por um processo de transformação, o que tem se evidenciado não só em termos dos avanços, mas também dos grandes problemas de dívida, de desemprego, etc., apontando para um processo de modernização da sociedade brasileira em função de uma mudança que ocorreu aí, e evidentemente a gente muda também. O importante é procurar estar atento aos processos que estão ocorrendo dentro dessa sociedade, não só em relação ao negro, ou em relação à mulher; você tem que estar atento a esse processo global e atuar no interior dele para poder efetivamente desenvolver estratégias de luta.

Em termos de movimento negro e no movimento de mulheres se fala muito em ser o sujeito da própria história; nesse sentido eu sou mais lacaniana, vamos ser os sujeitos do nosso próprio discurso. O resto vem por acréscimo. Não é fácil, só na prática é que vai se percebendo e construindo a identidade, porque o que está colocado em questão também, é justamente de uma identidade a ser construída, reconstruída, desconstruída, num processo dialético realmente muito rico.

Os direitos de publicação foram cedidos à Ana Maria Felipe, como representante de Memória Lélia Gonzalez, por Leda Hühne - Editora Uapê – Barra – Rio de Janeiro-RJ